

Lula define nome de Dino para o STF e de Gonet para o PGR



O presidente Lula (PT) e o ministro da Justiça, Flávio Dino, no Palácio do Planalto. Adriano Machado - 1º nov.23/Reuters

# Lula decide indicar Flávio Dino ao STF e Paulo Gonet para a PGR

Presidente comunicou escolha a aliados, que deve ser comunicada nesta segunda, antes de viagem de petista à Arábia Saudita

Bruno Boghossian e Julia Chaib

**BRASÍLIA** O presidente Lula (PT) decidiu indicar o ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB), para uma cadeira no STF (Supremo Tribunal Federal) e Paulo Gonet para o comando da PGR (Procuradoria Geral da República). O anúncio deve ser feito nesta segunda-feira (27), antes do embarque do petista para Arábia Saudita.

As escolhas foram confirmadas pelo presidente a aliados neste domingo (26). A equipe de Lula calcula que os nomes sejam aprovados no Senado antes do recesso parlamentar, com início em 23 de dezembro.

A decisão foi tomada após uma demora inédita de Lula de indicar os nomes, deixando os cargos vagos por mais de 50 dias.

Dino era considerado favorito ao posto desde outubro, quando Rosa Weber se aposentou do Supremo.

O presidente dizia a aliados que seria interessante indicar alguém da estatura do ministro para fazer um embate político no STF. A avaliação é que, com a bagagem jurídica que tem, Dino é capaz de ser um magistrado influente na corte.

Dino, 55, nasceu em São Luís e foi juiz federal antes de iniciar uma carreira na política. Foi secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça, presidente da Associação dos Juizes Federais e assessor da presidência do Supremo.

Foi deputado federal, presidiu Embratur no governo Dilma Rousseff (PT) e governou Maranhão por dois mandatos (2015-2022). Em 2022, foi eleito senador, cargo do qual se licenciou para exercer o cargo de ministro da Justiça.

Pessoas próximas do presidente chegaram a dizer que Dino estava enfraquecido pela postura do Ministério da Justiça diante das crises de segurança em alguns estados, como Bahia e Rio de Janeiro.

Recentemente, porém, Lula e aliados se mobilizaram para defender Dino, diante da ofensiva da oposição gerada pelo fato de a esposa de um homem apontado como líder da facção criminosa Comando Vermelho no Amazonas ter participado de reuniões na pasta.

Além disso, entre os minis-

## Entenda como funcionam as escolhas para PGR e STF

**STF**  
**Com qual idade uma pessoa pode ser indicada ao STF?** Os brasileiros natos com mais de 35 anos e menos de 70 anos podem ser escolhidos para o cargo de ministro do STF.

**Como é feita a indicação?** Não há um processo formal complexo a ser conduzido pelo presidente, que comunica o nome do escolhido para o Senado ao fim do processo de escolha.

**Como é o processo no Senado?** No Senado, a avaliação da indicação é feita pela CCJ, com uma sabatina do candidato. Depois disso, a CCJ prepara um parecer e envia a análise ao plenário, que deve votar a indicação. A aprovação só ocorre se for obtida maioria absoluta na votação, ou seja, ao menos 41 dos 81 senadores.

**Por quanto tempo um ministro pode permanecer no STF?**

A Constituição brasileira prevê a aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo aos 75 anos.

**PGR**  
**O que faz o procurador-geral da República?**

É o chefe do Ministério Público da União, que inclui os Ministérios Públicos Federal, Militar, do Trabalho e do Distrito Federal e Territórios. Representa o MPF junto ao STF e ao STJ, e é responsável por investigações e denúncias a políticos com foro especial.

**Quanto tempo dura o mandato do procurador-geral?**

O mandato do procurador-geral da República dura dois anos, podendo exercer o mesmo cargo em outro período e sem número limite de reconduções.

**Como funciona a nomeação do PGR?**

O primeiro passo é a indicação do presidente da República. Após, o nomeado participa de sabatina na CCJ do Senado, e precisa ter seu nome aprovado pela comissão e depois pelo plenário da Casa por maioria absoluta —no caso do plenário, 41 senadores.

**O que é lista tríplice para a PGR?**

A ANPR faz a cada dois anos uma eleição interna para definir quem os membros da categoria mais querem na Procuradoria-Geral. Os três mais votados compõem uma lista tríplice enviada ao presidente, que pode usá-la para indicar um nome ao cargo.

**O presidente é obrigado a seguir a lista?**

Não, o documento é apenas uma sugestão ao chefe do Executivo e ele não é obrigado a segui-lo.

tros do governo, Dino se tornou alvo da oposição durante os 11 primeiros meses deste mandato de Lula. O presidente, no entanto, fez uma defesa enfática de Dino e afirmou que ele tem sofrido ataques "absurdos" e "artificialmente plantados".

Apesar dos desgastes, aliados de Lula no Senado acreditam que o ministro não deve ter problemas para obter os votos necessários para aprovação, tanto na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) como no plenário.

Em relação a Gonet, Lula chegou a ouvi-lo em setembro, quando também teve encontro com o subprocurador Antonio Bigonha, que tem apoio massivo no PT e era apontado como principal favorito.

Após as reuniões, porém, o presidente pediu mais sugestões aos auxiliares por não ter saído decidido das conversas.

Interlocutores de Lula avisaram a Gonet neste domingo que Lula fará a nomeação nesta segunda.

A chefe da PGR está ocupada interinamente desde setembro pela subprocuradora-geral Elizeta Maria de Paiva Ramos, vice-presidente do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

O ex-procurador-geral da República Augusto Aras, que ocupou o cargo por dois mandatos, deixou o posto em 26 de setembro. Aras chegou a tentar articular a própria recondução, mas o passado dele, atrelado a Jair Bolsonaro (PL), tirou suas chances.

Paulo Gonet Branco, 62, é apoiado pelos ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), e consta como um dos favoritos desde o início da disputa pela PGR.

As sabinas e votações de Dino para o STF e de Gonet para a PGR devem movimentar a pauta da Casa nas próximas quatro semanas, antes do recesso parlamentar.

O Senado precisa aprovar também indicações de Lula para o Banco Central, o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e a Defensoria Pública da União. Integrantes do governo dizem que há um acordo com a cúpula da CCJ e do Senado para que essas votações se esgotem até o fim do ano.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 4